

Procuradores discutem ação na Constituinte

"A Constituinte e o Pacto Social". Este é o principal tema da pauta do XIII Encontro de Procuradores de Estado que está sendo realizado, até o dia 29, no Centro de Convenções. Os procuradores esperam dar uma importante contribuição à elaboração da nova Carta. "Tudo faremos para que o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte resulte num verdadeiro pacto social", disse o procurador do DF, Humberto Gomes de Barros.

Para ele, a função do procurador é advertir o Estado contra a irregularidades que possam ser cometidas. "Não defendemos pretensões isoladas, mas sim o interesse público, que nem sempre é respeitado pelas administrações. Isto nos leva, muitas vezes, até a sofrer perseguições". O evento reúne representantes de todos os Estados e Território do país. É uma promoção conjunta da Procuradoria-Geral do DF e das associações nacional e local de procuradores.

Humberto Gomes de Barros, que preside os trabalhos do congresso, afirma que os procuradores "estão cheios de idéias no sentido de aprimorar as relações entre a União e os Estados com a nova Constituição". Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado, Odaci Rodrigues França, "a esperança do povo brasileiro repousa, agora, no Congresso Nacional, na expectativa de que a nova Carta venha a redimir erros históricos, como a desigualdade social, a má distribuição de renda e a individualidade exarcebada".

Odaci acha que chegou o momento de se consagrar o uso social da terra a favor do verdadeiro homem do campo e de dar oportunidade às minorias esquecidas. "Para isso a Nova Constituição pode e deve estabelecer princípios fundamentais de organizações da nação".

Concurso público

O presidente da associação dos procuradores deixou clara a intenção de defender o concurso público como condição indispensável para o ingresso nos quadros da procuradoria dos Estados. "Nós sonhamos com o reconhecimento e a valorização da carreira de procurador mediante concurso público específico, afastando advogados contratados sem maiores responsabilidades para com a coisa pública".

O Congresso de procuradores está discutindo ainda temas como a Federação Brasileira, o Distrito Federal, as Terras Públicas, o Controle da Constitucionalidade dos Atos Normativos, os Direitos Fundamentais, a Organização Social e Política e a Estrutura Administrativa do Estado. Estão em pauta também os novos rumos das Procuradorias e as questões relativas à função do procurador. Todos estes temas estão compilados no volume "Teses", com mais de 500 páginas, elaborado como a contribuição dos procuradores à Constituinte.